

Comentários

O FATOR GEOGRÁFICO NA FORMULAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

Carlos de Meira Mattos**

A Geopolítica é um ramo da Ciência Política que se formou pela interação dinâmica de três fatores: a Geografia (espaço físico), a Política (aplicação do poder na arte de governar) e a História (experiência humana). Vamos tratar da contribuição do espaço físico nessa tríade.

Conceituamos, sinteticamente, a Geopolítica como a aplicação da Política aos espaços geográficos, sob a inspiração da História. Obediente a esse conceito, vamos examinar a importância do espaço geográfico para o uso político.

Devemos consignar que o espaço geográfico natural, através dos tempos, vem sendo politicamente enriquecido por instrumentos e adap-

tações artificiais implantados pelo *homo operandi*, tais como pontes, túneis, etc. Os progressos da ciência e da tecnologia têm oferecido historicamente ao homem operativo os recursos que a sua iniciativa pede para vencer as dificuldades encontradas na superação dos obstáculos do meio natural.

Na época em que os principais fundadores da Geopolítica, Frederik Ratzel, Rudolf Kjellen e Vidal de La Blache, formularam suas teorias, no final do século XIX e primeira década do século XX, o espaço geográfico, sobre o qual assentaram seus pensamentos, já era beneficiado por instrumentos e técnicas consideradas avançadas. Conheciam-se, já, a eletricidade, a máquina a vapor propulsora da indústria, as ferrovias e as comunicações com fio; a engenharia alcançara valiosos progressos, as técnicas de agricultura e a medicina tinham deixado de engatinhar.

Hoje, esse espaço político, em que os instrumentos e as técnicas daquela época inspiraram os fundadores da Geopolítica, supra-valorizou-se em termos de recursos artificiais. O homem ativo da modernidade conta com o domínio do espaço aéreo, do espaço estratosférico e pesquisa o sideral. Aviões, mísseis e satélites cruzam os espaços transportando pessoas, engenhos científicos de observação, equipamentos fotográficos e, também, armas poderosas. A tecnologia eletrônica e as comunicações permitem a instantaneidade das mensagens sonoras e visuais, alcançando qualquer parte da Terra. A informática, e a Internet dominam o campo da informação mundial, utilizadas pela política, comércio, operações bancárias e fins militares. Não resta dúvida de que o espaço artificial assim enriquecido precisa ser reavaliado pela Geopo-

* General-de-Divisão. Membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército e sócio efetivo do IGHMB.

lítica. Há que se considerar, igualmente, na operacionalidade do homem moderno no espaço, a vertiginosidade do fator tempo. Os transportes, as comunicações e a informática reduziram drasticamente o tempo operativo, o tempo-uso do instrumental colocado à disposição do progresso.

Nos seus estudos sobre o espaço na modernidade, o geógrafo Milton Santos,¹ da Universidade de São Paulo (USP), oferece-nos conceitos bastante elucidativos que transcreveremos abaixo:

Encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria de região e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades.

As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos ligados por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns de outros, ligados por todas as formas de processos sociais.

O território hoje pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede.

O conceito de lugares em rede seria o daqueles espaços descontínuos ligados por fluxos eletrônicos e informáticos, do domínio da verticalidade, acima referidos pelo Professor Milton Santos.

Mais adiante, o professor expõe a sua idéia sobre o que poderíamos chamar de controle político do espaço:

São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas e entre lugares. Na realidade, esse acontecer solidário se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

.....
No caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar, isto é, nas

áreas de produção homóloga no campo ou da produção homóloga na cidade, o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente. Trata-se, nesse caso, do uso da informação que tende a se generalizar. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e no acontecer complementar, temos o domínio de forças que são localmente centrípetas, enquanto, no acontecer hierárquico, o domínio é das forças centrífugas. Há, sem dúvida, um centripetismo nesse último caso, mas é um centripetismo do outro. Na primeira e segunda hipóteses, temos a primazia das formas com a relevância das técnicas, já que estas, de mais em mais, produzem as formas utilizadas. No caso do acontecer hierárquico, temos a primazia das normas, não mais com a relevância da técnica, mas da Política.

¹ *Território, Globalização e Fragmentação*, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

Afirma-se, cada vez mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território, já que, usado, o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Esse comando se baseia na configuração técnica do território, na sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional, que podemos igualmente chamar de densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais, e os seus relais nos territórios diversos. O resultado é a aceleração da alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a atual enorme mobilidade das pessoas: aquela máxima do direito romano ubi pedis ibi patria (onde estão os pés, aí está a pátria) hoje perde ou muda o seu senti-

do. Por isso, também o direito local e o direito internacional estão se transformando, para reconhecer, naqueles que não nasceram num lugar, o direito também de intervirem na vida política desse lugar.

A nova visão da funcionalidade política do território, estudada pelo Professor Milton Santos e anteriormente resumida, a nosso ver reflete tendências bastante acentuadas produzidas pela influência da tecnologia no uso dos espaços; entretanto, não representam um compromisso do Estado Nacional, principal ator da Política, em a elas se enquadrar cegamente, sem considerar os aspectos de alienação que elas contêm.

Repetimos, aqui, o nosso conceito de Geopolítica, a fim de justificar, a seguir, o nosso pensamento:

Geopolítica é a Política aplicada aos espaços geográficos, sob a inspiração da experiência histórica.

Fiéis a esse conceito, não temos dúvidas em afirmar que o diploma científico da Geopolítica não foi sequer arranhado com as inovações e acréscimos recebidos no território pelos instrumentos da modernidade. Algumas teorias

particulares de seus fundadores e seguidores podem estar ultrapassadas, entretanto, o fundamental, a base geográfica o espaço operativo onde o homem político aplica o seu poder, permanece insubstituível. O espaço geográfico modificado, enriquecido, verticalizado, informatizado continua sendo o único suporte do poder, é a razão de sua existência. Se as características do espaço mudaram, cabe aos geopolíticos, especialistas no saber e arte de aplicar o poder ao espaço geográfico, ajustarem o seu conhecimento a essa nova realidade.

Em livro recente, *Critical Geopolitics*, o geógrafo inglês Géaroid Ö Tuathail, professor das universidades de Liverpool e do Estado da Virgínia, propõe-se a desqualificar a Geopolítica como ramo da Ciência Política, apontando-a como uma miragem (a palavra inglesa que usa é *vertico*). Entretanto, esse mesmo autor, em quase toda a sua obra, mostra-se fiel ao conceito de *Geo-Power*, que ele mesmo conceitua *Geografia é Poder*. Então, não se trata de uma rejeição à Geopolítica como ramo de conhecimento, mas de uma rejeição da palavra, ou tal-

vez das teorias específicas de alguns de seus autores.

Em síntese, a Geopolítica continua viva, e o seu estudo, indispensável ao estadista e aos formuladores de Política.

FORÇAS ARMADAS - O MITO DA CRISE DE IDENTIDADE

Sebastião José
Ramos de Castro*

Crise de identidade pode ser entendida como a falta de dados que identificam uma pessoa, tais como: nome, idade, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc. Crise de identidade das Forças Armadas brasileiras pode ser compreendida como sendo o fato estarem elas carentes de dados que as identifiquem precisamente.

Será esse o caso?

Nossas Forças Armadas não possuem características próprias que as definem e personalizam?

Suas atribuições não estão perfeitamente definidas?

É com base nessas indagações que procuraremos demonstrar que a falada crise de identidade das Forças Armadas brasileiras é um mito criado e que não possui qualquer fundamento.

Analisemos o problema.

Com o desmembramento da extinta União Soviética e os fatos decorrentes, veio a surgir uma única superpotência, os Estados Unidos da América do Norte, e, com o sensível *abrandamento* do conflito ideológico entre o Leste e o Oeste (comunismo *versus* capitalismo), dando origem a uma nova ordem mundial, a mídia e setores interessados passaram a questionar o papel e a necessidade de existência das Forças Armadas brasileiras e criaram o mito da crise de identidade a elas atribuída.

Inicialmente, queremos esclarecer que usamos a expressão *abrandamento* e não *extinção* porque consideramos que uma ideologia não se extingue. Exemplo evidente dessa assertiva é o caso do nazismo. Ele foi não apenas derrotado ao fim da II Guerra Mundial, mas, sim, literalmente esmagado e destruído; não obstante, ressurgiu, agora, com toda a sua virulência,

também nos EUA, pela ação de vários grupos organizados. De igual forma, a doutrina marxista-leninista não está morta e constata-se, no Brasil, o endeuamento de figuras como Marx, Che Guevara, Fidel Castro e a aplicação dos seus princípios doutrinários.

No Brasil, a oposição das Forças Armadas às tentativas de conquista do poder pelos adeptos dessa ideologia tem sido uma constante, desde a Intentona Comunista de 1935. Evidentemente, após a II Guerra Mundial, ocorreram as tentativas, algumas muito bem-sucedidas, de expansão do Movimento Comunista, sob o patrocínio da URSS, da República Popular da China e, especialmente, de Cuba, quando se tornou a primeira nação comunista das Américas, após a vitória de Fidel Castro. Ocorreu o chamado período da Guerra Fria e tentativas de implantação de regimes comunistas em vários países da América, incluindo o Brasil. As guerrilhas urbana e rural levadas a termo no Brasil obrigaram as nossas Forças Armadas a interferirem para eliminar a ameaça. Deve-se salientar que apenas uma pequena

* General-de-Exército. Sócio titular do IGHMB.

parcela de seu efetivo foi empregada para esse fim, e que o fizeram dentro do espírito de sua destinação constitucional de manutenção da ordem interna, como também o fizeram quando da tentativa do radicalismo de direita representado pelo Movimento Integralista, em 1938.

Desde a primeira Constituição brasileira, a do Império, de 1824, com pequenas modificações, a missão constitucional das Forças Armadas tem-se mantido inalterada. É uma missão que define, com precisão, a identidade das Forças Armadas do Brasil.

Vejamos o que prescrevia a Constituição de 1824.

Título V - Cap. VII
DA FORÇA MILITAR

Art. 145 - Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, a integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos externos e internos.

Art 148 - Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de mar e terra como bem parecer conveniente à segurança e defesa do Império.

Art. 102 - Do Poder Executivo.

O Imperador é o chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado.

São suas principais atribuições:

Prover a tudo que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição.

Como se pode constatar, são premissas que continuam válidas até os dias atuais, não obstante o esforço, que foi realizado por setores que podemos considerar como revanchistas, de retirar das Forças Armadas a responsabilidade pela segurança interna (manutenção da lei e da ordem), o que foi obstado pela enérgica atuação dos ministros militares da época.

A identidade das Forças Armadas brasileiras, com a finalidade para a qual existem, está claramente definida. De sua missão constitucional decorrem as diferentes tarefas que deverão estar em condições de cumprir.

Com o decorrer dos tempos, como resultado da evolução interna e da conjuntura internacional, novas tarefas surgiram, além das tradicionalmente consagradas.

São as chamadas atividades subsidiárias. Ao analisar sua missão, o Exército definiu como tarefas a realizar:

- defender a pátria;
- garantir os poderes constitucionais;
- garantir a lei;
- garantir a ordem;
- cooperar com o desenvolvimento nacional;
- cooperar com a defesa civil e
- participar de operações internacionais.

É claro que, para bem poder cumprir essas tarefas, as Forças Armadas deveriam contar com recursos financeiros que assegurassem o seu reequipamento, instrução e adestramento. Ocorre que, de uns tempos para cá, esses recursos têm sido cada vez mais reduzidos.

Em face dessa circunstância, o Exército decidiu investir em um *núcleo de modernidade*, tendo, como vetores, Força de Pronto Emprego; Sistema de Comando e Controle; Ensino Militar; Guerra Eletrônica; Aviação do Exército e Núcleo de Blindados.

A Força de Pronto Emprego é integrada pela Força de Ação Rápida, pela Força de Paz e por outras organizações militares (OM) selecionadas.

A Força de Ação Rápida é integrada pela Brigada de Infantaria Pára-Quedista, 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel, 1º Batalhão de Forças Especiais e OM Operacionais da Aviação do Exército, todas elas pertencentes à Reserva Estratégica.

A Força de Paz é, em princípio, um batalhão de infantaria reforçado.

Na medida de suas possibilidades, função da disponibilidade de recursos, visando a diminuir o *gap* tecnológico em relação a exércitos de outras nações, mais dotados de meios, têm sido adquiridos materiais, tanto no exterior como no próprio país, prestigiando a indústria de material de defesa nacional.

Em resumo, ao analisar a conjuntura mundial e suas conseqüências para o Exército Brasileiro, o então Ministro do Exército, General-de-Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, expediu diretriz que estabeleceu o seguinte:

- No campo interno - dar continuidade à estratégia da *presença*.
- No campo externo - assegurar condições adequadas à consolidação da estratégia da *dissuasão* e à capa-

citação da Força para se fazer representar corretamente nas missões internacionais decorrentes de tratados celebrados pelo Estado brasileiro, de forma a gerar no ambiente internacional a necessária confiabilidade no Brasil.

De tudo o que foi apresentado podemos concluir que é um mito dizer-se que há uma crise de identidade. As Forças Armadas brasileiras sabem perfeitamente qual a sua missão constitucional, a finalidade de sua existência e que tarefas devem estar em condições de cumprir. O que as afeta é a escassez de recursos financeiros e não dúvidas sobre sua destinação.

A participação do Exército em vários episódios da vida nacional, em cumprimento à sua missão constitucional, foi definindo suas características de identidade como instituição, tais como: instituição regular, instituição nacional, instituição permanente, instituição democrática, instituição organizada com base na disciplina e hierarquia, instituição apolítica e apartidária e instituição subordinada ao chefe do Poder Executivo, nos limites da lei.

Foi assim sendo forjada uma consciência militar da necessidade do Exército e, por conseqüência, das Forças Armadas, para assegurar a independência e a soberania do País, para manter o patrimônio nacional, garantir o regime democrático e, no campo interno, a ordem e a lei, quando ameaçadas por graves perturbações da ordem pública. À nossa memória vêm as imagens de soldados brasileiros lutando na Guerra da Independência, dominando rebeliões como a Abrilada, Setembrada, Novembrada, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Revolução de Sorocaba, Revolta de Minas Gerais, Guerra dos Farrapos e, dessa forma, garantindo e consolidando a unidade nacional. Enfrentam, com bravura, os inimigos externos na Guerra da Cisplatina, Guerra do Uruguai, Guerra contra Oribe e Rosas, Guerra da Tríplice Aliança, Segunda Guerra Mundial. Batem-se contra as revoltas de fanáticos religiosos, como em Canudos e no Contestado. Participam com destemor de movimentos para o restabelecimento dos princípios de liberdade e democracia, nas revoltas de 1922 e 1924,

no Movimento Constitucionalista de 1932 e na Revolução de 1930. Enfrentam, com altivez, as tentativas totalitárias de conquista do poder em 1935, 1938 e 1964 e enfrentam as ações de guerrilha urbana e rural. Contribuem, em 1945/46, ao regressarem da Segunda Guerra Mundial, para o restabelecimento da democracia.

Essa tem sido a missão dos soldados do Brasil.

REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO E O PÓS-64

*Nilson Vieira Ferreira Mello**

Revolução, Contra-Revolução ou Golpe Militar?

O movimento patriótico que, com a ação decisiva das Forças Armadas, depôs o governo Goulart vem sendo conhecido como revolução, às vezes qualificada como democrática, outras, ironicamente, como *redentora*, mas sempre revolução.

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército.

Essa designação harmoniza-se com a tradição cultural brasileira que costuma nomear assim os movimentos insurrecionais. Tivemos as revoluções de 1922, 1924, 1930 e 1932, para citar algumas das mais recentes.

Ultimamente, porém, seus detratores, que abundam na mídia tanto quanto escasseiam no seio do povo, vêm procurando diminuir a importância do movimento de 1964, a começar pela negativa em atribuir-lhe caráter revolucionário, a despeito das profundas, benéficas e duradouras transformações que trouxe para o País. Preferem chamá-lo de golpe militar.

Ora, golpe contra as instituições sempre há, toda vez que um movimento insurrecional eclode num país. Foi assim no movimento bolchevista de 1917, na Rússia, e no comunistarista de 1959, em Cuba, ambos incansavelmente louvados por aquelas mesmas correntes que tentam denegrir a nossa de 1964, justamente por ter, entre seus objetivos, o de impedir a instauração no Brasil de um regime semelhante ao soviético ou ao cubano.

Pretendem os marxistas que só se aplica o termo

revolução aos movimentos radicais e violentos que eliminem o regime de produção capitalista, enquanto se procura, através da ditadura do proletariado, alcançar o estágio utópico da propriedade comunitária dos bens. A rigor e segundo esse critério, nem mesmo a Revolução Francesa poderia ser assim chamada.

Curiosamente, algumas correntes identificadas com o regime de 1964 aceitam, de boa-fé, essa descaracterização do movimento de 31 de março, preferindo chamá-lo de contra-revolução. Certamente assistem-lhes ponderáveis argumentos técnicos, porém a mim me parece que uma contra-revolução tem objetivos mais limitados e efeitos mais modestos, insuficientes para manter o regime de exceção por 20 anos. De qualquer forma, o requisito fundamental é a preexistência de um processo revolucionário em curso. Existiria esse processo, no início da década de 60, no Brasil?

Quanto a isso, não tenho a menor dúvida, pois nem mesmo os comunistas brasileiros escondem essa verdade. Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, transcreve o seguin-

te comentário de Prestes sobre o comício de 13 de março na Central do Brasil: *O povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança.* Logo adiante, Gorender acrescenta: *Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe de direita se definiu, por isto mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo (grifos meus).*

Estão, pois, em companhia insuspeita os que, como eu, acreditam que se preparava um golpe contra as instituições democráticas sob o governo Goulart. Isso porém não implica limitar o movimento de 1964 às acanhadas dimensões de uma contra-revolução e, muito menos, às de um simples golpe.

A Revolução e o Pós-64

Uma análise objetiva da Revolução de 1964 e do período que a ela se seguiu revela que, neste, não ocorreu nenhum benefício substancial e duradouro para o povo brasileiro, salvo o desejado retorno às franquias

democráticas, interrompidas durante a guerra revolucionária.

Decorridos 15 anos, alguns dos êxitos do regime dito militar desapareceram, enquanto se agravaram muitos dos aspectos negativos que seus opositores lhe atribuíam.

Nunca é demais lembrar que, no período de 1968 a 1973, registrou-se um crescimento econômico médio de 11,2% ao ano, com a oferta de empregos expandindo-se à taxa média anual de 4,3%, superior ao crescimento demográfico, estimado então em 2,9%. Os investimentos estrangeiros diretos subiram de US\$ 1,6 bilhão, em 1968, para US\$ 4,6 bilhões, em 1973, dos quais 77% aplicados na indústria. A inflação - flagelo do assalariado e cornucópia do especulador - de uma projeção para 1964 de 140%, baixou para a média de 27%, no decênio 1965-74. Voltou, porém, a subir, impulsionada pela crise do petróleo de 1973, atingindo, em 1993, em pleno regime da Constituição de 1988, a espantosa marca de 2.550%.

Há os que tentam obscurecer os êxitos econômicos da revolução, acusando-

a de descaso com os problemas sociais. Não lhes convém lembrar que foi o regime de 1964 que incorporou à Previdência Social - hoje falida pelos descaminhos gerenciais e pela temerária generosidade da Constituição - 20 milhões de trabalhadores rurais; que foi ele que promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social, como o FGTS, o PIS/Pasep, o Sistema Nacional da Habitação e o BNH. Que, no campo da educação, essencial à promoção social, criou o Mobral, cujos resultados foram excelentes, até ser sabotado por motivos políticos; instituiu o Projeto Rondon, feliz e patriótica iniciativa que aproximava futuras elites profissionais das realidades do interior do País, e eliminou o problema dos excedentes que, a cada vestibular, ultrapassando a capacidade de matrícula das universidades, frustrava e revoltava jovens e promissores estudantes.

Em 1970, os 10% mais pobres, que percebiam menos de um salário mínimo por mês, constituíam mais da metade da população (55%) e sua renda média anual era de US\$ 66,00. Em

1980, eles representavam apenas 34% dos brasileiros e sua renda subiu para US\$ 206,00, enquanto os estratos sociais mais qualificados para disputar os benefícios do desenvolvimento ficaram mais prósperos: a classe média expandiu-se, os ricos ficaram mais ricos e a mobilidade social ocorria preponderantemente no sentido ascensional. Ronaldo Costa Couto, crítico severo do regime de 1964, diz em seu livro *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*, recentemente publicado: *verdade é que nesse período de crescimento acelerado, a sensação dominante em todas as classes sociais era a de ganho*. Logo adiante, reproduz depoimento no qual Luiz Inácio Lula da Silva afirma: *A popularidade do Medici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por quê? Porque era uma época de pleno emprego*.

Com as duas crises mundiais do petróleo e o esgotamento do modelo econômico de substituição das importações, os números atrás apresentados começaram a degradar-se, ainda no período revolucionário. Mas, infelizmente, não experimentaram qualquer reversão na

chamada *Nova República*, nem mesmo com a melhora no panorama econômico mundial. Antes, agravaram-se fortemente: o desemprego é hoje problema crucial; os salários aviltaram-se; os impostos cresceram em número e valor; a concentração de renda no topo da pirâmide social aumentou; a nação empobreceu e a permeabilidade social, que antes era ascendente, agora é descendente; categorias sociais, como a dos funcionários públicos civis e militares, cujos salários estão congelados há mais de quatro anos, resvalaram para a pobreza.

As Forças Armadas não esperavam louros triunfais ao término do ciclo revolucionário, que sempre viram como transitório - elas cumpriram o seu dever de defesa da Pátria, impedindo que ela se tornasse uma gigantesca Cuba, e alçaram o Brasil, de um modesto 43º lugar, para o de 8ª economia no *ranking* mundial, posição mais coerente com suas dimensões e potencialidades. Mas tampouco contavam com a marginalização progressiva e a hostilidade que se manifesta com espantosa frequência, alvos preferenciais que se tornaram de ataques

difamatórios, revanchistas e incriminatórios. A tudo elas têm suportado, numa inequívoca demonstração de respeito ao estado de direito, até mesmo provocações extremas, como o pagamento de indenizações aos herdeiros daqueles que se levantaram em armas para implantar, no País, com financiamento de potência estrangeira, uma ditadura impiedosa e intolerante, como são as de modelo castrista, maoísta ou soviético.

Os militares jamais pensaram em restaurar o regime de 1964.

Ele não era um fim em si mesmo, mas um instrumento transitório para se alcançar a democracia de estilo ocidental. Hoje percebem que o desempenho dos administradores pós-64 tem sido, no mínimo, decepcionante.

Alguns alegam que a ingovernabilidade, resultante da Constituição de 1988, é causa desse fraco desempenho. Nisso assiste-lhes certa dose de razão. Um pacto federativo defeituoso, um sistema fiscal injusto e um arcabouço administrativo oneroso certamente contribuem para as dificuldades de toda ordem

com que se deparam os governos federal, estaduais e municipais.

A Constituição em vigor nasceu sob o furor revanchista dos derrotados alçados ao poder pela conhecida *síndrome dos perseguidos políticos* - aos quais tudo se perdoa - temperada com altas doses de populismo. A rigor, não havia necessidade de uma nova Carta Magna, já que não ocorrera a ruptura da legalidade constitucional quando, em 1984, elegeu-se o presidente da República pelo Colégio Eleitoral, nos estritos termos da Constituição de 1967 em vigor. Porém, prevaleceu o revanchismo, ao qual não servia nem mesmo anteprojeto encomendado pelo governo a uma *comissão de notáveis*, logo engavetado. Adotou-se a esdrúxula solução de atribuir, a um congresso ordinário, a compe-

tência para erigir o novo edifício das instituições nacionais. O costume sadio de se confiar a elaboração constitucional a uma assembleia especial, cujos integrantes ficam impedidos de concorrer a cargos eletivos, foi esquecido. Os congressistas e também constituintes de 1987/88, preocupados em garantir o seu futuro político, intimidaram-se diante do patrulhamento ideológico e sucumbiram às tentações eleitorais. O resultado aí está: um texto constitucional utópico, prolixo, às vezes contraditório, mas sempre detalhista, mais próximo de um programa de governo socialista do que de uma carta de princípios, suficientemente geral e flexível, para durar, absorvendo as mudanças que se processam no mundo moderno. Talvez seu dispositivo mais lúcido fosse aquele que de-

terminava sua revisão, oportunidade perdida em 1994. Em conseqüência, desde então, consideráveis esforços em tempo e dinheiro têm sido despendidos para sua reforma.

E, assim, a *Constituição Cidadã*, que deveria ser a obra magna institucional da *Nova República*, perdeu-se no desvario revanchista e corporativista. Muitos dos seus dispositivos tornaram-se letra morta, uns por inatingíveis, outros por falta de regulamentação, levando o Executivo a legislar por medidas provisórias, ocupando espaços que não lhe são próprios.

Para cúmulo das frustrações nacionais, a *conquista* mais significativa desses tempos difíceis, a estabilidade monetária, ameaça ruir a cada turbulência ocorrida no sistema financeiro, arrastando com ela as esperanças do povo brasileiro. ●

*"Quando há sofrimento em algum lugar,
esse sofrimento na verdade afeta a todos e não
apenas a alguns em particular."*

Serge Kpangni Malan